

Suplicy quer saber critérios JORNAL DO BRASIL do orçamento

BRASÍLIA — O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), expediu ontem ofício ao ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, para que ele ou o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, explique ao Congresso os critérios utilizados pelo governo na alocação de recursos para os estados e municípios no Orçamento Geral da União. O ofício foi feito a pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que quer saber, por exemplo, “por que o Rio de Janeiro, que contribui para a receita federal com 17% dos recursos totais, teve uma alocação de recursos correspondente a apenas 7,03% do orçamento”.

Em pronunciamento, ontem, no Senado, Suplicy mostrou uma lista com os totais de recursos alocados a cada estado da federação, procurando ressaltar o que, acredita, sejam “disparidades” que merecem explicações do governo. “Enquanto pela proposta do governo o cidadão do Rio de Janeiro receberá o equivalente a Cr\$ 48.700,00, o cidadão do Distrito Federal receberá Cr\$ 597.635,00. Eu quero saber porque o governo resolveu alocar recursos de tal maneira que um cidadão de Roraima receberá 11 vezes mais do que um cidadão de Minas Gerais ou do Paraná”, questionou o senador petista.

Suplicy disse que, embora considere que o governo tenha a obrigação de cumprir o preceito constitucional de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais e pessoais, não entende quais os critérios adotados na participação dos recursos federais. “Nós precisamos saber o porquê de um município receber mais de mil vezes mais que outros. No orçamento de 91, em vigor, o município de Monte Alto, em São Paulo, por exemplo, sequer consta da lista de beneficiados — seus habitantes tiveram 0% de recursos do orçamento, enquanto outros municípios, como Curral Velho, na Paraíba, os habitantes receberam o equivalente a Cr\$ 8.434,00”, comentou.

11 OUT 1991